
MUNDO E EUROPA EM TRANSIÇÃO

A. Franco Nogueira

MUNDO E EUROPA EM TRANSIÇÃO

Quando estudamos a crónica da humanidade através dos séculos, e procuramos reduzi-la a uma síntese inteligível, poderemos afirmar que a história consiste na enumeração dos sucessivos sistemas internacionais, e estes por sua vez consistem na construção dos equilíbrios entre forças, dos compromissos entre interesses, das combinações entre os agentes interventores, dos arranjos entre Estados; e na exposição das mudanças de um sistema para outro e, portanto, na explicação da ruptura daqueles equilíbrios, compromissos ou arranjos ⁽¹⁾. Por outras palavras, de forma talvez mais sóbria, ainda que não simplista, poder-se-á dizer que a história é o relato da formação de sucessivos *sistemas* e da estruturação de sucessivos *concertos* entre Estados, nações e povos, e das *rupturas* de uns e outros. Não parece forçada esta síntese, nem resulta de simples especulação. Vejamos com efeito, num lance rápido, a história relativamente recente. Organizou o Congresso de Viena um *concerto europeu* para colmatar a ruptura que resultara da Guerra dos Trinta Anos, e firmou um *sistema internacional* para substituir o anterior; mais aquém, o Congresso de Utreque de novo reconstruiu um outro equilíbrio, um outro *concerto* para recompor os escombros deixados pela Guerra da Sucessão de Espanha; o Congresso de Viena reergueu uma Europa que ficara em ruínas com a tempestade napoleónica; o Congresso de Versalhes tentou refazer uma Europa abalada pela Guerra de 1914-18; e finalmente o Congresso de Helsínquia (ou Conferência de Segurança e Cooperação na Europa) veio sarar as chagas da Guerra de 1939-45, e dar forma e consagração multilateral às grandes Tordesilhas que haviam sido negociadas e firmadas em Ialta no mês de Fevereiro de 1945. E de quanto aqui fica recordado, parece indubitável a conclusão: a história é em verdade o relato de sucessivos *sistemas*, de sucessivos *concertos*, e das sucessivas *rupturas*.

(1) Texto baseado em uma intervenção no Instituto da Defesa Nacional, do Porto e em Lisboa, respectivamente em Dezembro de 1991 e Janeiro de 1992.

Pode ver-se agora, com algum pormenor, qual é o sistema ou concerto em que o mundo tem vivido nas últimas décadas — desde Ialta — e se estamos hoje perante uma sua ruptura. Deverá dizer-se, porque se trata de factos indiscutíveis, que o sistema mundial saído de Ialta e do Congresso de Helsínquia se firmava nos seguintes pilares: bipolaridade americano-soviética; mútua dissuasão nuclear assente no equilíbrio pelo terror; partilha do mundo entre dois blocos de forças militares, económicas, políticas, ideológicas, de modo que cada um dos blocos se atribuía um messianismo próprio, detentor exclusivo da verdade e apto a governar toda a Terra; dentro de cada bloco, exercia-se a chefia do seu centro de decisão, que se fazia obedecer sem oposição significativa; e, por último, luta política cerrada entre os dois blocos, por vezes descendo ao terreno militar por interpostas guerras locais entre Estados ou povos menores, com o objectivo de vencer e dominar o outro. Assim viveu a humanidade no último meio século. Foi aquele o *concerto europeu* ou mesmo o *concerto mundial*. No seu quadro, à sua sombra, os homens procuraram organizar-se no interior de cada bloco, simultaneamente para defesa comum e para viverem melhor. Assim surgiram, a um lado, o Pacto do Atlântico, a Organização Europeia de Cooperação Económica ⁽²⁾, a Comunidade Económica Europeia, a Associação Europeia de Comércio Livre, ainda outras estruturas; e de outro lado, o Pacto de Varsóvia, o Comecom, a Doutrina de Brejnev, ainda outras iniciativas menores. Na luta política travada, e para domínio do resto do mundo, os dois blocos defrontavam-se na descolonização que, baseada no princípio da autodeterminação, foi a fórmula encontrada por uns impérios para se apoderarem de outros impérios, invocando-se subsidiariamente os direitos humanos e o progresso dos povos como meros acidentes de percurso para tranquilidade de algumas consciências ou satisfação dos mais ingénuos. E naquele quadro geral a política externa era fácil para todos e tudo parecia simples, claro, linear: conheciam-se as ameaças, avaliavam-se os riscos, mediam-se as forças, previam-se as reacções, sabiam-se os limites até onde se poderia ir. Verdadeiramente, quase não intervinha a imaginação dos responsáveis, nem esta era necessária, porque tudo parecia predisposto e preordenado, dentro de um imobilismo confortável. Julgou-se, e isso foi afirmado, que a história acabara, ou pelo menos se suspendera por um tempo largo.

(2) A este pertenceram países não europeus (como Estados Unidos, Japão).

Mas agora a pergunta parece dever ser: ainda é válido o quadro daquele concerto europeu e mundial? Se não é, que resta dele? Se pouco ou nada resta, não estaremos então, mais uma vez, perante uma ruptura? Não estaremos à beira de um novo sistema e de um novo concerto?

Afigura-se evidente que o concerto saído de Ialta e de Helsínquia se esgotou e atingiu o seu termo. Para o comprovar, alinhemos alguns dados. Um dos blocos desfez-se — por malogro ideológico, por desmoronamento político, por dissolução militar, por falência económica. Moscovo não é mais pólo mundial de força militar, nem centro de decisão global, nem sequer sede de chefia política aceite por outros. Não se faz mais obedecer, nem mesmo o pode tentar. Foi o colapso da União Soviética. Este é talvez o facto mais importante dos últimos cinquenta anos. Findou a bipolaridade. Estaremos então perante a monopolaridade ou a unipolaridade dos Estados Unidos da América? Nada indica que seja esse o caso: no mundo, ou mesmo dentro do seu bloco, Washington já não é o centro de decisão por excelência, nem é indisputada a sua chefia política, nem indiscutida a sua liderança económica e tecnológica. Sem embargo das aparências em contrário, e não obstante a grande operação montada no Golfo, há um declínio relativo dos Estados Unidos: perderam a capacidade, que detinham até há pouco tempo, de estar presentes com igual vigor em toda a parte: e por isso, como afirmação nacional, tendem progressivamente a um mal disfarçado isolacionismo, a uma atitude tradicional de *fortaleza americana*, com um estatuto de superpotência regional. Como resultado do esbarrondamento ideológico do marxismo-leninismo, extinguiu-se o messianismo doutrinário de um dos blocos, e por reflexo o do outro bloco também, e que se tornou desnecessário dada a actual homogeneidade, ao menos teórica, do sistema de princípios que, todavia, de modo algum supõe ou implica a homogeneidade de interesses e de ambições. Noutro plano, e pela mesma causa, o equilíbrio existente já não assenta no terror nuclear, ainda que seja prematuro afirmar que cessou por completo o perigo ou o risco do uso de armas atómicas, possível pelo menos no plano tático e em conflitos locais. Ainda pela mesma causa, viu o seu termo a luta política travada pelos dois blocos através do mundo, ou está entretanto suspensa: e daí a paz no Afeganistão, ou Angola, e entre o Iraque e o Irão, até na crise do Golfo: e ainda noutras áreas. Mas poderia haver-se verificado tudo isto, e estarmos ainda perante um determinado equilíbrio, ou concerto, ou pelo menos não se haver produzido a completa ruptura do quadro anterior. Nada faz crer, todavia, que seja essa a situação. E parecem simples os motivos.

Com o desaparecimento e colapso da chefia de um dos blocos, e enfraquecimento do outro, surgiram novas forças, ou afirmaram-se ostensivamente forças latentes, potenciais, que se encontravam em surdina, mas cujas raízes estavam intactas e que, exaustas as demais, se mostram agora com toda a sua pujança e toda a sua renovada ambição. Não falo da China: é força colossal mas talvez ainda informe na sua expressão: será surpreendente, no entanto, se não se fizer ouvir no futuro. Mas há que invocar o Japão: sem embargo de alguma fragilidade, é hoje de novo uma potência global no domínio económico, financeiro, tecnológico, enquanto não o é amanhã no plano militar, incluindo o nuclear, quando o quiser. Muito mais perto do Ocidente, importa falar sobretudo da Alemanha; mas a esta cabe voltar mais adiante, noutro contexto. E há que não esquecer ainda o Magrebe — com a sua explosão demográfica, com o seu subdesenvolvimento quase atávico e que quer vencer, com o seu *fundamentalismo islâmico*, e um *integrismo* profundamente messiânico também. E neste ponto cumpre sublinhar um traço de alcance ainda não claro em toda a sua latitude: com a dissolução da União Soviética, cerca de quarenta a cinquenta milhões de muçulmanos foram libertos do seu jugo a Moscovo e tendem agora a olhar para o mundo islâmico, por cujo fundamentalismo e integrismo se sentem naturalmente atraídos: e o facto pode ter influência decisiva em nações como a Turquia, o Irão, demais países do Golfo, e mesmo até ao Afeganistão e Paquistão. E todas estas forças estavam controladas, enquadradas, de alguma forma subordinadas ao concerto de Ialta e de Helsínquia. Desaparecido este, vieram à superfície, e sentiram-se livres de constrangimentos; e manifestam-se, projectam-se, algumas pela violência, mesmo pela guerra. E isto significa que as estruturas até hoje existentes no interior de cada bloco — para o progresso ou para defesa — foram profundamente abaladas, devendo prever-se, sem especulação excessiva, a sua transformação a prazo, e a sua substituição por outras estruturas cujo contorno não é ainda bem claro, mas que terão decerto objectivos e natureza muito diversos.

Mas as forças que se manifestam não são apenas aquelas a que foi feita alusão. Outras existem. Por exemplo: a crise da Jugoslávia. Esteve-se aí decerto perante uma luta resultante de um ódio atávico entre povos daquela federação; mas quando uma guerra entre a Sérvia e a Croácia se prolonga por meses e meses, estamos em face de uma guerra que não é somente entre a Sérvia e a Croácia. E precisamente este último ponto impõe a abertura de um parêntesis. Em matéria de política internacional, há que repeti-lo, *o que parece — não é.*

E justamente temos desta realidade uma ilustração expressiva no caso da Jugoslávia. A par do ódio entre Sérvia e Croácia, o que está em causa é o problema de saber se se redistribuem ou não alguns despojos do Império Austro-Húngaro; e neste particular o problema torna-se complexo porque sobre uma eventual redistribuição não tem sido viável acordo entre as grandes forças que têm ou querem ter uma palavra na matéria. No fundo, a guerra entre a Sérvia e a Croácia traduz uma luta entre a Alemanha e a França, e acaso também com a Itália. Por isso, perante a guerra sem quartel que lavrou e não se sabe ainda se findou, não se pronunciou o Conselho de Segurança: seria incerta a obtenção de um acordo entre os membros permanentes daquele órgão: e este não pode portanto ser ainda usado (o envio de *capacetes azuis* para vigiar um cessar-fogo é outro problema) para legitimar e selar uma decisão a que as forças reais em presença não chegaram. Se e quando chegarem a esse acordo, este dar-nos-á um indício sobre o rosto de uma nova Europa. E a guerra do Golfo, já mencionada, dá-nos um outro exemplo significativo de que, em matéria de política internacional, *o que parece — não é*. Não se tratou, com efeito, de proteger as fronteiras de um país independente e soberano (caberá perguntar se no caso da Índia absorver o Paquistão, os Estados Unidos e outros assumiriam a mesma atitude), nem de garantir o cumprimento da lei e a defesa do direito; e nem se tratou mesmo, em derradeira análise, de assegurar o domínio de importantes fontes de energia. Esteve em causa o problema de saber se a repartição dos despojos do Império Otomano, como foi feita há sessenta ou setenta anos por franceses e ingleses, deveria ser mantida, ou alterada, e neste último caso *de que forma e a favor de quem*. E as grandes forças do momento — já não apenas americanos e russos, mas ingleses, franceses, alemães e japoneses (que contribuíram financeiramente para a coligação ocidental), e mesmo chineses ⁽³⁾, como membros permanentes do Conselho de Segurança — entenderam que o *status quo* não deveria ser alterado. Por isso, o chefe iraquiano foi compelido a retirar do Koweit; mas não se foi até Bagdade porque, para além de certo limite, não convém abalar o Iraque, que é força estabilizadora da zona. E defendeu-se a autodeterminação para o Koweit, sem dúvida; mas foi negada para a nação

(3) Não é segredo para ninguém que os Estados Unidos «compraram» a abstenção da China no Conselho de Segurança outorgando-lhe o estatuto de *nação mais favorecida* no seu comércio com os Estados Unidos. Como se sabe, a China tem o direito de *veto*, e o exercício deste impediria a aprovação de qualquer resolução.

curda, constituída por cerca de vinte milhões, porque concedê-la a estes alteraria o arranjo existente, e iria bulir com a Turquia, e a Síria, e o Irão, e tudo teria influência sobre Israel, e assim sucessivamente. Seria uma completa modificação do mapa político de uma área sensível. Foi havido como mais avisado não lhe tocar.

Mas perguntar-se-á: que tem tudo isto a ver com o interregno em que o mundo se encontra, na transição que decorre entre o sistema e o concerto que findaram e aqueles que se acham em gestação mas cujo perfil está por definir? Sobretudo, que importa à Europa, que mais directamente nos preocupa? Julgo que tudo está relacionado.

Também saída de Ialta e de Helsínquia, a Europa estava incluída no concerto ou no equilíbrio que procurei sintetizar, e era parte integrante de uma coisa e outra. E por isso, desde 1945 até hoje, a política europeia decorreu sem sobressalto de tomo, quero dizer, sem ameaças imprevistas, sem perigos inesperados, sem riscos incalculáveis; e dentro de cada bloco, tanto a Ocidente como a Leste, tudo parecia nítido, rectilíneo, sem necessidade de decisões novas e complexas a terem de ser tomadas a cada passo. Este foi, como já sublinhado, o mundo do Pacto do Atlântico, da Comunidade Económica Europeia, da Associação Europeia de Comércio Livre, do Pacto de Varsóvia, do Comecon, e ainda do apelo à coesão, ao internacionalismo e ao integracionismo dentro de cada bloco. Era até um mundo, sobretudo uma Europa quase tranquila, instalada numa situação séria, mas a que se habituara como rotina, e que se fixara num imobilismo rígido, quase olímpico, como se fosse viável e benéfico fechar à chave a História. Foi até curioso observar que quantos comungaram naquela ideia, invocavam constantemente, por outro lado, a aceleração da História. Dir-se-ia no entanto que, para eles, a aceleração da História applicava-se a tudo e a todas as áreas e instituições — salvo àquele mundo sempre em paz e àquela Europa sonhada e idealizada, e em que se haviam instalado. Simplesmente, tudo isso supunha a permanência dos seguintes requisitos: a aprovação das forças periféricas da Europa, a manutenção da *cortina de ferro*, o prolongamento da *guerra fria*, a existência dos dois blocos e seu messianismo, a supressão do confronto entre potências continentais e marítimas, o apoio da Santa Sé, a supressão do sentimento nacional, o isolamento e fecho da Europa em relação ao resto do mundo, e finalmente a permanência da divisão da Alemanha. Há que ver cada um destes factores rapidamente.

Diz-nos a História — e neste particular não se descobre qualquer elemento de alteração — que nenhuma hegemonia económica, política ou militar é

viável no continente europeu sem o apoio ou a concordância de pelo menos uma das grandes forças periféricas da Europa. Essas forças são, a Leste, os eslavos, e a Oeste as potências atlânticas, ou sejam a Inglaterra e, para este efeito, os Estados Unidos também. Ora nenhuma destas forças apoia aquela Europa: os eslavos, se se lhes juntam, alteram-na; se isso não lhes for consentido, hostilizam-na. E o mesmo se deverá dizer, por motivos óbvios, das potências atlânticas. Derrubada a *cortina de ferro*, com o termo de uma *guerra fria* baseada nos messanismos que se excluía, desapareceu a ameaça que impunha a abdicação no acessório para melhor assegurar a coesão e a defesa colectiva; e ressurgem as raízes nacionais, os interesses nacionais, a consciência nacional, e tudo tende naturalmente a opor-se a um integracionismo multilateralista. É a isto que um autor francês, em volume recente, chamou a vingança das nações. Depois, uma Europa com o perfil que se lhe quis traçar tem de atentar no confronto permanente entre potências marítimas e potências continentais, e não se afigura viável suprimir esse confronto enquanto existir mar e existir terra: e será de pensar que aquele e esta continuarão a existir nos próximos duzentos ou trezentos anos: e uma previsão a dois ou três séculos deve satisfazer qualquer espírito, por mais exigente que seja. E a atitude da Santa Sé, já atrás aludida de passagem? Afigura-se bem nítida ainda que alguma comunicação social, particularmente entre nós, haja distorcido o seu sentido. Tendo sofrido um cisma norte-sul em séculos idos, não quererá a Sé Apostólica, para mais sob um Papa eslavo, contribuir para um cisma Leste-Oeste, e só o futuro nos desvenderá por completo o papel do Vaticano no desmantelamento do marxismo-leninismo no Leste europeu; e é assim que a Santa Sé defende insistentemente, tenazmente, uma Europa do Atlântico aos Urais. E tudo nos conduz a um outro facto de peso: a Europa não pode isolar-se, nem julgar que pode ser uma ilha rodeada de um mundo que ignora: se se isolar, estiola; se não se isolar, há-de ter tantas políticas consoante os contactos que os vários países europeus hajam estabelecido no passado ou estabelecerem, conforme os seus interesses próprios, com os povos e países e territórios que forem mais afins de cada um. Certamente não poderemos pensar que as relações de uma Inglaterra e de uma Alemanha com uma Índia ou uma Nova Zelândia hão-de ser exactamente iguais; ou que serão idênticas as relações de uma Irlanda e de uma França com a Argélia. De tudo importará concluir que nessa Europa com um novo rosto haverá tantas geopolíticas e geoeconomias como países, e o facto levará também decerto a uma plu-

ralidade de geoestratégias. A Europa linearmente dividida, confortável, nítida, imobilista, está a processar a sua entrada na História do que foi.

Mas entre os factores da nova Europa enumerados, foi de propósito omitido aquele que é talvez o mais decisivo no momento. Refiro-me à reunificação da Alemanha. E faria esta afirmação ousada: desde Carlos Magno que o problema alemão tem sido o *problema europeu*. Direi mais: *o problema alemão é hoje o problema europeu por excelência*. De novo, como sempre, a Europa está perante o dilema multissecular: pela sua dimensão demográfica, pela sua situação no coração da Europa, pela sua capacidade como pela contribuição fundamental que tem dado à cultura e à ciência, os germanos têm uma vocação inerente para desempenhar um papel de chefia, de hegemonia no continente europeu; a Europa reconhece o facto; mas a Europa recusa-se a aceitar as consequências do facto. Daí os embates cíclicos. Daí o embate de hoje, acaso ainda não confessado mas já perceptível. Enquanto se manteve o concerto de Ialta e de Helsínquia, e enquanto as forças do bipolarismo eram eminentes às demais, o germano aceitou o seu enquadramento; mas logo que aquelas forças deixaram de ser o que eram — no plano militar e ideológico — retomou o seu papel o germano. E a Alemanha reuniu-se. Não há maior e mais frisante testemunho da ruptura daquele concerto bipolar do que a reunificação da Alemanha: esta só foi viável em virtude do colapso da União Soviética, da tendência americana para o isolacionismo, da fraqueza da França, devendo considerar-se esta última como a grande vítima da sua própria política europeia.

E agora? Agora atravessamos um período — talvez alguns breves anos — de interregno, de intervalo, para mudança de cenário. É decerto contingente o que se pode prever, e ninguém responsável se atreverá a uma resposta clara e unívoca. De muitos factores dependerá aquele futuro cenário, mas serão de sublinhar dois traços que parecem essenciais: o termo da absorção e completa integração da antiga Alemanha Oriental na antiga Alemanha Federal e a conclusão do processo aberto no mundo eslavo pela dissolução da antiga União Soviética. Quanto ao primeiro ponto: os problemas suscitados pela integração da República Democrática Alemã na nova Alemanha revelaram-se mais graves do que pensavam os técnicos; mas a sua solução tem caminhado mais célere do que se imaginava. Julga-se razoável calcular em quatro ou cinco anos o lapso de tempo necessário para que se produza a completa integração alemã. E então a nova Alemanha tornar-se-á, como se tem dito e repetido, a *locomotiva* da Europa. Simplesmente, e importará não se ser

ingénuo, essa locomotiva, ao invés do que muitos na Europa parecem esperar ou desejar, não rolará por carris assentes por outros e na direcção que outros pretendam: rolará nas suas próprias linhas, com o seu próprio destino, para as estações que determinar. Por outras palavras, de momento a Alemanha está branda, discreta, fazendo ou parecendo fazer o jogo europeu de rotina, boa aluna da OTAN e da CE; mas depois terá a sua palavra a dizer; e essa palavra será de poder, de autonomia, de total independência, incluindo a nuclear; e puramente germânica. Não estou a sugerir que se torne perigosa a Alemanha de amanhã, pelo menos nos horizontes visíveis e previsíveis: estou a sugerir que ela marcará o seu próprio ritmo e definirá para este as regras que lhe convierem. Quanto ao segundo aspecto, o do processo de dissolução da ex-União Soviética, com o desmoronamento ideológico do marxismo-leninismo quebrou-se o único elo de ligação entre as múltiplas etnias, culturas e religiões da construção soviética. Busca-se agora um denominador comum: não é fácil de encontrar: daí a crise que se desenrola ante os nossos olhos e que dia a dia parece mais grave e complexa. Mas esta crise verdadeiramente tem outra raiz, outro significado, outra dimensão: o que está hoje em causa, muito para além das dificuldades económicas, das rivalidades entre facções, das disputas entre as novas repúblicas, da fraqueza da autoridade e do Estado, é a redefinição do papel dos eslavos na Europa Oriental e mesmo em parte da Europa Central. E são os eslavos, e apenas os eslavos que hão-de fazer essa redefinição. E convirá não os subestimar: são mais de duzentos milhões; e não se mostram dispostos a confinar-se num papel subalterno ou secundário num conjunto europeu, na *casa comum europeia*. E assim deveremos ou teremos de concluir que, dentro de anos escassos sob o ponto de vista histórico, quando a Alemanha se sentir bem integrada e os eslavos acharem o seu próprio caminho, o rosto do mundo, e principalmente da Europa, será diferente, bem diferente daquele que se nos apresenta hoje. Qual?

Não cabe aqui entregarmo-nos a futurologia, nem eu seria mesmo capaz de o tentar. Mas será lícito encarar vários cenários com alto grau de probabilidade, concluído que seja o interregno em curso. Fundamentalmente, duas hipóteses: a Alemanha chega a um entendimento e a um acordo com os novos países do Leste, sobretudo com a Rússia e com a Ucrânia, e com outros, e isso levará à reorganização e revigoração das forças europeias periféricas e atlânticas, cabendo à Inglaterra e aos Estados Unidos um papel de relevo; ou a França e os novos países do Leste entendem-se e cooperam *por cima* da Alemanha para tentar conter esta. E este parece ser de momento todo o dilema

que se abre perante a Europa. E a formulação deste dilema talvez nos permita um esboço de resposta à pergunta que deixei velada e em suspenso: e agora? Os termos do dilema indicam-nos os adversários prováveis ou possíveis. Já vimos que por detrás da luta entre a Sérvia e a Croácia paira uma rivalidade franco-alemã, bem tradicional também, e esta rivalidade coincide ou espelha-se nos dois cenários eventuais que atrás foram esboçados. E estes quadros interessam também a outros países como a Itália, a Áustria e a Hungria (partes que foram do antigo Império Austro-Húngaro), e ainda a outros, como a Checoslováquia, a Roménia, mesmo uma Bulgária. E todos estão evidentemente conscientes e conhecedores do que os demais estão fazendo ou tentando fazer. Em qualquer caso, pode dizer-se que no tempo que corre (ano de 1992) aqueles países giram em torno da órbita germânica: é decerto o caso da Áustria, Hungria, Checoslováquia, Eslovénia, Croácia. E como se concilia tudo isto com certas manifestações espectaculares em curso — por exemplo, a criação de um exército franco-alemão, como núcleo de um exército europeu? Deverá dizer-se, antes de mais, que a ideia de um exército europeu é muito antiga. Consta pelo menos de um documento do século XIV. E há quarenta ou cinquenta anos foi muito discutida, e finalmente posta de parte, sobretudo pela própria França. Era a OTAN a defesa natural da Europa; e não cabiam duplicações. Porquê ressuscitar neste momento uma ideia não só velha mas decrépita? É aquilo a que se pode chamar uma fuga para a frente: trata-se acaso de uma derradeira tentativa para conter a Alemanha, enquadrando no que acaso se pense ser um «*espartilho*» a que Berlim se sujeitará: mas deste jogo tão óbvio estarão evidentemente os alemães bem conscientes: convir-lhes-á jogar o jogo, ou fingir que jogam o jogo, até se sentirem aptos a impor o seu próprio jogo.

Mas daqueles dois cenários básicos — e como simples exercício de interpretação — qual será o mais provável? Pessoalmente, inclinar-me-ia para o primeiro, ou seja um entendimento eslavo-alemão a prazo. Porquê? Está nas tradições de germanos e de eslavos: ou se fazem a guerra ou se entendem. Assim o disseram e fizeram Catarina *a Grande*, e Frederico *o Grande*, e outros muito antes deles. E no século actual o mesmo tem acontecido: guerrearam-se em 1914; fizeram a paz separada de Brest-Litovsk em 1917; entenderam-se em Rapallo, para rearmar a Alemanha vencida e fortalecer a Rússia bolchevique então isolada; entenderam-se em 1939 para se guerrearem em 1941; mas voltaram a entender-se há pouco para a reunificação da Alemanha. E neste momento uma Alemanha reunificada possui toda a tecnologia de que as

«várias» Rússias precisam — as grandes indústrias do cimento, do aço, da química, da hulha, da electricidade, de que todos os eslavos necessitam para as grandes infra-estruturas que lhes faltam: e as várias repúblicas russas oferecem à Alemanha um vasto reservatório de matérias-primas, desde os cereais ao petróleo, desde os metais até à abertura de uma Sibéria ainda praticamente inexplorada e inaproveitada — além, obviamente, dos aspectos estratégicos e de segurança. Um estreito entendimento e uma colaboração germano-eslava tem bases sólidas para os próximos vinte ou trinta anos. Ponto é que o desentendimento entre as novas repúblicas eslavas — designadamente entre a Ucrânia e a Rússia — não degenerem em tragédia. Mas venha a verificar-se um cenário ou outro, ou ainda terceiros cenários, dentro de escassos anos estaremos perante outro quadro europeu e mundial. Afirmar-se-á uma *casa comum europeia* — expressão que parece ter sido usada pela Santa Sé pela primeira vez — com as suas pátrias, as suas independências nacionais, as suas fronteiras políticas. E muitas estruturas de hoje, que alguns pelo mundo terão pensado eternas, serão profundamente abaladas, e haverão de tomar um cariz inteiramente diverso. E tudo terá de ser feito com lentidão, gradualmente, sem sobressaltos, sem cortes bruscos, com um vocabulário cada vez mais equívoco, e tendo em vista a salvaguarda de interesses poderosos entretanto criados. Apontarão já nesse sentido o alargamento da CEE (com a inclusão da Áustria, a Suécia, outros ainda), a colaboração estreita com a Associação Europeia de Comércio Livre, a eventual criação de uma estrutura político-militar-económica que se estenda do Atlântico aos Urais.

Uma última palavra. Tendo em conta os seus factores permanentes, parece retomar a Europa o seu tecido habitual: desapareceu o conforto do imobilismo (em que viveu quase *comodamente* durante todo o período da guerra fria), desvaneceu-se a facilidade das políticas lineares e nítidas, atenuaram-se as grandes ameaças identificadas, aumentaram os riscos imprevisíveis. Muito maior imaginação se torna indispensável, muito maior diversidade de políticas se impõe, completo retorno às realidades permanentes se revela indispensável. Está em processo de se esbater o tabuleiro único — e haverá que jogar em vários. Na sua diversidade, uma só Europa tem emergido com um sentido comum: a Europa cristã. Através dos séculos, esse tem sido o único elemento verdadeiramente aglutinador.

A. Franco Nogueira
Embaixador